

I-ÉTICA E EDUCAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Em todos os setores da sociedade está se discutindo mais fortemente o papel da ética nas mais variadas dimensões da vida humana. Nota-se constantemente que empresas, jornais e revistas fazem referências à ética em seus mais variados campos de atuação. Isto demonstra a importância que a ética vem tendo perante a sociedade.

A presente Unidade de ensino apresenta a problemática da ética como um dos temas transversais dos PCNs. A grande questão que se coloca é: como devo agir perante os outros? Por isso, faz-se necessário discutir a ética na escola como um dos temas relacionados à formação da conduta do ser humano.

“[...]todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. E o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém — nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação — pode afirmar-se superior aos demais” (COMPARATO, 1999, p. 32).

O objetivo deste tópico é refletir, junto à questão educacional, alguns dos princípios que estão fortemente ligados à formação de valores e aos padrões de conduta dos educandos.

Além do mais, a ética na educação está intimamente ligada à idéia de cidadania, principalmente no que diz respeito aos direitos e deveres das pessoas perante a sociedade.

2 ÉTICA E MORAL

“Quando o outro entra em cena, nasce a ética” (UMBERTO ECO apud FERREIRA, 2001, p. 5).

Presente em todas as relações humanas, ética e moral fazem referências à maneira de se comportar na sociedade do ponto de vista do bem e do mal, que são estabelecidos pelo grupo social.

A expressão ética surge do grego *ethos*, que significa hábitos, costumes, condutas, enquanto que a palavra moral surge do latim *mores*, que também significa costumes, condutas. Em sua origem, a ética e a moral se definem como o conjunto de costumes de uma determinada sociedade e que são considerados valores e obrigações a serem seguidas pelos seus membros.

De modo geral, as pessoas usam o conceito de ética e moral como sendo sinônimos ou, quando muito, a ética é definida como o conjunto de práticas morais. Atualmente existem alguns aspectos que diferenciam a ética da moral.

A ética, ou a filosofia moral, aponta sempre para aspectos gerais, diz respeito ao campo da teoria, da ciência que estuda a questão moral, e disso derivam os princípios universais para o comportamento. Enquanto que a moral, por sua vez, refere-se mais ao modo de comportar-se segundo os costumes de um grupo social a que se pertence, diz respeito a um universo mais restrito e eminentemente prático, ligado ao que se faz.

É indiscutível que há uma ligação entre ética e moral, porém, não podemos simplesmente confundi-las ou inverter sua posição. Neste sentido, conhecer alguns pontos fundamentais sobre a ética não é apenas uma questão acadêmica ou restrita a alguns momentos em que a sociedade discute mais acaloradamente, mas é também uma necessidade para a convivência social e a realização humana.

“A ética é referência para que a escolha do sujeito seja aceita como um princípio geral que respeite e proteja o ser humano no mundo. Nesse sentido, o *ethos*, como costume, articula-se às escolhas que o sujeito faz ao longo da vida. A ética fundamenta a moral, ao expressar a sua natureza reflexiva na sistematização das normas” (FERREIRA,2001, p. 32).

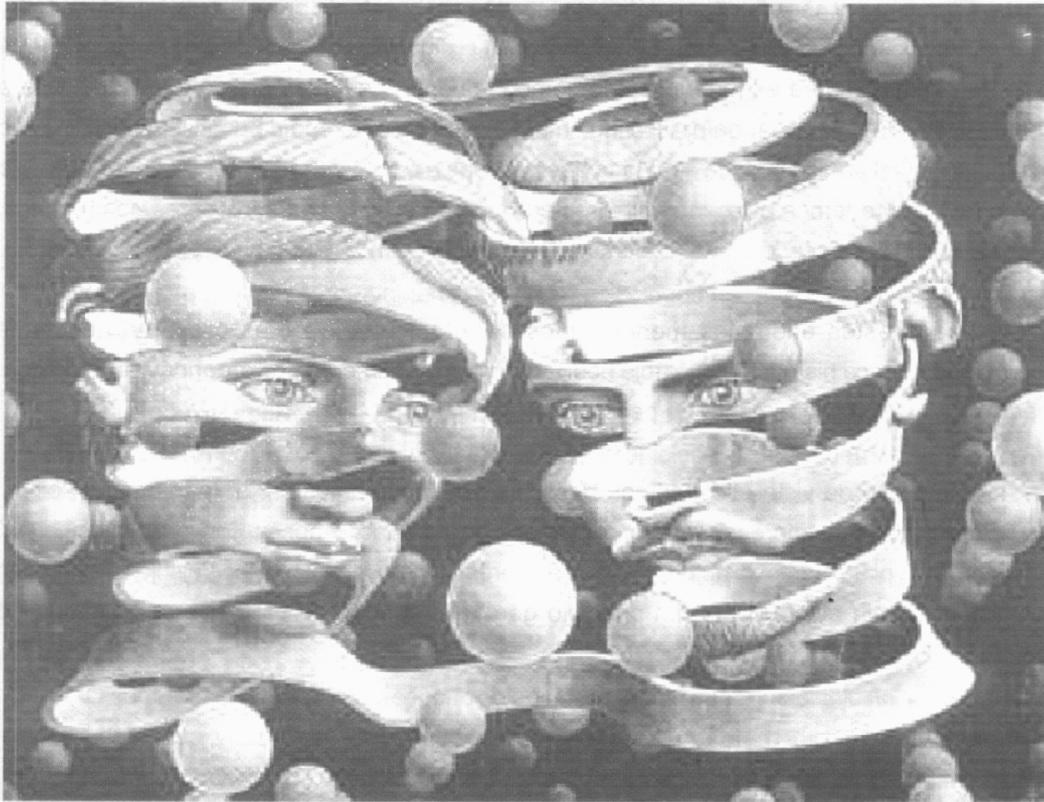


FIGURA 2 - LAÇO DE UNIÃO (1956), DE MAURITS CORNELIS ESCHER.
FONTE: CGFA, 2005.

Auto-atividade

Observe atentamente esta obra de arte!

Esta obra de arte “Laço de União”, de Escher, em que uma fita sem fim interliga as testas e as cabeças, constitui uma unidade a dois. Isto quer significar que a Ética e a Moral estão interligadas, onde um é condição para o outro existir. Além disso, que outras relações se pode fazer entre ética e moral a partir desta obra de arte? Pense e responda no espaço abaixo.

Ética e moral não são algo estático, mas estão em constante processo de transformação, porque a sociedade se transforma e seu conteúdo é determinado por condições históricas. A título de exemplo sobre as mudanças de comportamento, podemos citar a tortura durante a Idade Média. “Era considerada prática legítima, seja para a extorsão de confissões, seja como castigo. Hoje, tal prática indigna a maioria das pessoas e é considerada imoral”. Outro exemplo ainda: “até pouco tempo atrás, as mulheres eram consideradas seres inferiores aos homens, e, portanto, não merecedoras de direitos iguais” (BRASIL. MEC, 2000, v. 8, p. 70).

Todos estes exemplos mencionados apontam para valores presentes em uma determinada época histórica e que hoje nos causam um sentimento de vergonha, raiva, dúvida, medo sobre tal comportamento de pessoas na sociedade.

“Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas. Os valores éticos se oferecem como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos” (CHAUÍ, 1997, p. 337, grifo da autora). A ética é referência para que a escolha do sujeito, enquanto ser histórico, seja aceita como um princípio geral que respeite e proteja o ser humano no mundo.

3 ÉTICA NA EDUCAÇÃO

Teoricamente, a grande dificuldade do educador, numa sociedade pluralista e secularizada como a nossa, é a de desenvolver um raciocínio propriamente ético bem fundamentado, sem se impor à consciência, violar a liberdade nem frustrar as aspirações dos educandos. Para Ahlert (1999, p. 136), com “a modernidade, com a cientificização e tecnificação da ciência, a reflexão ética foi expulsa”. Ou seja, com o desenvolvimento das novas tecnologias e com a modernização, a relação entre as pessoas passou a ser por interesse, descartando a ética nas suas relações.

Segundo Rui Barbosa (PARA LER E PENSAR, 2005), a concepção - de ética que predomina na sociedade capitalista e esta De tanto ver triunfar as nulidades. De tanto ver prosperar a desonra. De tanto ver crescer as injustiças. De tanto ver agigantar-se o poder mãos dos corruptos, o homem chega a desanimar-se da virtude. A rir-se da honra. A ter vergonha de ser honesto”.

Uma ética que se baseia na obrigatoriedade da lei e na maneira tradicional de encarar a vida, principalmente na maneira de educar, é inaceitável numa sociedade em que os interesses individuais são colocados acima de qualquer coisa. Daí a grande dificuldade de vir ao encontro das inquietações, nossas e dos alunos, sem pôr em questão os princípios e os valores éticos.

O educador toma consciência de que é responsável pela transmissão de valores e, ao mesmo tempo, pela educação da liberdade dos educandos, que questionam tais valores. Os educadores e educandos vivem na prática uma visão paradoxal sobre os valores e os princípios de ética. A saída para esta situação é repensar e entender a ética de maneira diferente.

Uma das perspectivas de compreensão da ética de maneira diferenciada na nossa sociedade é defendida por Catão (1995, p. 108), em que apresenta três concepções sobre a ética, que são: “a liberdade e a percepção e do lugar de destaque da consciência”. Estes três princípios, segundo o autor, podem ser adotados pelos vários segmentos da sociedade, como as instituições religiosas, a comunidade científica, psicólogos, filósofos, as diferentes classes sociais e a sociedade em geral.

Mas, pensar sobre a liberdade como um dos princípios fundamentais na educação não é deixar o educando fazer o que ele pensa; mas propiciar-lhe uma liberdade de escolha, estabelecendo que o educador não pode nunca deixar de impor certos limites à liberdade do educando, sob pena de prepará-lo mal para a vida, deixando-o fazer todas as vontades. Entende-se a liberdade como a autodeterminação, a possibilidade de escolha e de superação dos condicionamentos impostos pela sociedade.

O segundo princípio é a percepção do agir humano do que é justo, injusto, nas diferentes situações de sua vida e na sociedade. A percepção está diretamente ligada aos veículos formadores de consciência. Muitos são os formadores de consciência, entre eles podemos destacar os meios de comunicação social, o mundo do trabalho, mas principalmente a escola, que exerce um papel fundamental na vida dos educandos. É nela que os educandos recebem grande parte dos conhecimentos e aprendem a utilizá-los para a sua vida, formando conseqüentemente a sua consciência, principalmente sobre o que é certo e o que é errado.

A terceira concepção de ética diz respeito à consciência. O agir humano se concretiza na relação que o sujeito estabelece com os outros sujeitos. Educar eticamente é trabalhar para melhorar a qualidade do relacionamento entre as pessoas, é contribuir para uma convivência entre os seres humanos caracterizada pela justiça e pela solidariedade, respeito e atenção uns com os outros. A educação ética é uma educação da convivência na liberdade, por intermédio da consciência, única norma que o sujeito deve sempre obedecer e que não lhe tolhe, mas, pelo contrário, garante e fortifica a liberdade.

Portanto, a educação é um meio de construção e reconstrução de valores e normas que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas. Numa educação ética, é preciso resgatar e incorporar os valores de “solidariedade, de fraternidade, de respeito às diferenças de crenças, culturas e conhecimentos, de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos” (AHLERT, 1999, p. 151). Transformar a experiência educativa em um puro treinamento técnico é desumanizar o ser humano e torná-lo insensível às coisas do mundo. Portanto, uma educação ética procura proporcionar aos educandos a participação nas discussões públicas e das questões que atingem direta ou indiretamente a sua vida e a dos outros.

Auto-atividade

Você pôde perceber, não é fácil identificar o que é ético e o que é antiético numa sociedade onde o individualismo e o capitalismo são referências para qualquer conduta. Segundo Catão, numa sociedade pluralista devemos nos basear em três concepções de ética, que são: liberdade, percepção e consciência. Procure caracterizar estas três concepções de ética de Catão.

LIBERDADE	PERCEPÇÃO	CONSCIÊNCIA

4 OS DETERMINANTES DA CONDUTA MORAL

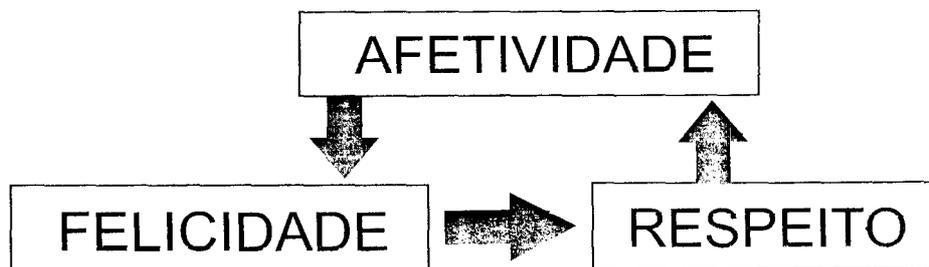
A atitude perante uma determinada regra moral pode variar de pessoa para pessoa. Por exemplo: quando uma pessoa não pratica um roubo por medo de ser presa, ela está orientando a sua conduta por razões próprias. Com medo de ser presa, ela deixa de roubar, mas quando ela não tiver mais medo de ser presa, praticará tal ato. Mas, se uma pessoa pautar sua conduta por valores como, por exemplo, “não roubar”, legitimará esta regra em questão como essencial no seu agir. .

A seguir serão apresentados dois princípios que são considerados essenciais para a compreensão das regras morais: afetividade e racionalidade.

4.1 AFETIVIDADE

Carregada de muito amor e carinho, a afetividade se faz presente em muitos dos lares brasileiros, sendo considerado elemento determinante e de legitimação dos valores e das regras morais das crianças. Por isso que os PCNs apresentam a afetividade como um dos elementos para legitimar certos valores morais. A afetividade está intimamente ligada à sensibilidade das pessoas, ao bem-estar psicológico pessoal e à busca da felicidade.

Sendo a escola um espaço privilegiado de construção do valores, os alunos, nos seus primeiros anos de vida, agem impulsionados pela afetividade quando acabam legitimando certos valores e regras morais em seu convívio. Seus valores estão intimamente ligados à afetividade. Entre eles, podemos citar a felicidade, como “um projeto de vida orientado pela busca da realização de um estado afetivo satisfatório, sentido como bom pela pessoa”; e o respeito, que “é o reconhecimento do valor de qualquer pessoa humana, que não pode ser humilhada, violentada, espoliada” (BRASIL. MEC, 2000, v. 8, p. 78).



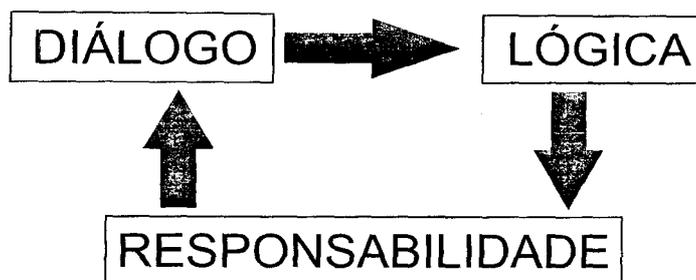
Tendo em vista a afetividade como um dos elementos de legitimação e determinação da moral, duas questões são fundamentais para o seu desenvolvimento na educação;

A escola deve ser um lugar onde cada aluno encontra a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos E...] e ao lado do trabalho de ensino, o convívio dentro da escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos como aliados à perspectiva de uma ‘vida boa’ (BRASIL. MEC, 2000, v R, 4 79-80)

4.2 RACIONALIDADE

Um outro determinante das regras morais é a racionalidade, também conhecido como juízo.

Segundo os PCNs, três são as razões da racionalidade para legitimizar as regras morais; primeiramente, “a moral pressupõe a responsabilidade, e esta pressupõe a liberdade o juízo. Somente há responsabilidade por atos se houver a liberdade de realizá-los ou não”. Um segundo elemento legitimador é a lógica da racionalidade, “pois dificilmente tais valores ou regras serão legítimos se parecerem contraditórios entre si ou ilógicos, se não sensibilizarem a inteligência”. Por fim, ter a capacidade de dialogar, essencial à convivência democrática” (BRASIL. MEC, 2000, v. 8, p.80-81).



Tanto a afetividade como a racionalidade são importantes elementos de legitimação e determinação da moral na educação. Por isso, “a escola deve ser um lugar onde os valores são pensados, refletidos, e não meramente impostos ou frutos do hábito. A escola deve ser o lugar onde os alunos desenvolvem a arte do diálogo” (BRASIL. MEC, 2000, v. 8, p. 81).

5 DESENVOLVIMENTO MORAL E SOCIALIZAÇÃO

Extraído dos PCNs (BRASIL. MEC, 2000, v. 8, p. 84-85), o texto que segue procura apresentar as diferentes formas de pensamentos e condutas morais presentes nas crianças e adolescentes.

A primeira etapa do desenvolvimento moral da criança é chamada de heteronomia. Começa por volta dos três ou quatro anos e vai até oito anos em média. Nessa fase, a criança legitima as regras porque provêm de pessoas com prestígio e força: os pais (ou quem desempenha esse papel). Por um lado, se os pais são vistos como protetores e bons, a criança, por medo de perder seu amor, respeita seus mandamentos; se, por outro, são vistos como poderosos, seres imensamente mais fortes e sábios que ela, seus ditames são aceitos incondicionalmente. Vale dizer que a criança não procura o valor intrínseco das regras: basta lhe saber que quem as dita é uma pessoa “poderosa”. É neste sentido que se fala de moral heterônoma: a validade das regras é exterior a elas, está associada à fonte de onde provêm.

Quatro características complementares da moral da criança são decorrência dessa heteronomia. A primeira é julgar um ato não pela intencionalidade que o presidiu, mas pelas suas conseqüências. Por exemplo, a criança julgará mais culpado alguém que tenha quebrado dez copos sem querer do que outra pessoa que quebrou um só num ato proposital. O tamanho do dano material, no caso, é, para ela, critério superior às razões pelos quais os copos foram quebrados. A segunda característica é a de a criança interpretar as regras ao pé da letra, e não o seu espírito. Assim, se uma regra afirma que não se deve mentir, sempre condenará qualquer traição à verdade, sem levar em conta que o espírito dessa regra é o respeito pelo bem-estar da outra pessoa que está em jogo, e não o ato verbal em si. A terceira característica refere-se às condutas morais: embora a criança, quando ouvida a respeito, defenda o valor absoluto das regras morais, freqüentemente comporta-se de forma diferente e até contraditória a elas. Esse fato provém do não-entendimento da verdadeira razão de ser das regras; às vezes, sem saber, age de forma estranha a elas, mas pensando que as está seguindo. A quarta e última característica é o fato de a criança não conceber a si própria como

pessoa legítima para criar e propor novas regras (caberia a ela apenas conhecer e obedecer aquelas que já existem). Em uma palavra, todas as características desta primeira fase do desenvolvimento moral decorrem da não-apropriação racional dos valores e das regras. A criança as aceita porque provêm dos pais “todo-poderosos”, e não procura descobrir-lhes a razão de ser. Ora, será justamente o que procurará fazer na próxima fase de seu desenvolvimento moral, a da autonomia.

Nesta etapa — a partir de oito anos, em média — a criança inicia um processo no qual pode cada vez mais julgar os atos levando em conta essencialmente a intencionalidade que os motivou, começar a compreender as regras pelo seu espírito (não mais ao pé da letra) e legitimá-las não mais porque provêm de seres prestigiados e poderosos, mas porque se convence racionalmente de sua validade. O respeito, que antes era unilateral — no sentido de respeitar as “autoridades”, mas sem exigir a recíproca —, torna-se mútuo: respeitar e ser respeitado. O medo da punição e da perda do amor, que inspirava as condutas na fase heterônoma, é substituído pelo medo de perder a estima dos outros, perder o respeito dos outros, e perder o respeito próprio, moralmente falando. Finalmente, a criança se concebe como tendo legitimidade para construir novas regras e colocá-las à apreciação de seus pares.

ANOMIA (0 a 2 anos)	HETERONOMIA (2 a 7 anos)	SEMI-AUTONOMIA (7 a 12 anos)	AUTONOMIA (13 anos em diante)
Não existe consciência - Moral	As regras são percebidas como sagradas e imutáveis.	As regras são respeitadas em função de um acordo	As regras passam a ser vistas como resultado de um consenso coletivo
As ações são Imitativas	Fase do realismo moral imposição externa	A cooperação impõe-se à sua consciência como necessidade	O realismo moral está superado
Não distingue intenção e conseqüência de seus atos	O bem é definido de acordo com a obediência correta à regra	Manifesta capacidade de generalização e diferenciação entre direitos e deveres	A cooperação e reciprocidade passam a ser pré-requisito
Não respeita regras, apenas satisfaz suas necessidades motrizes	O pensamento egocêntrico predomina	As regras ainda são vistas como imposição externa	O respeito mútuo deve predominar

QUADRO 1 - DESENVOLVIMENTO MORAL - PIAGET FONTE: Rodrigues, 2002, p115.

LEITURA COMPLEMENTAR

A ÉTICA DA COMPAIXÃO

...Se reservamos a prática de uma conduta ética para aqueles de quem nos sentimos próximos, existe o risco de negligenciarmos nossas responsabilidades para com os que estão fora desse círculo.

Por que isso acontece? Porque, enquanto as pessoas agem de acordo com as nossas expectativas, tudo vai bem. Quando deixam de fazê-lo, alguém que um dia consideramos um amigo querido pode transformar-se no pior inimigo. Como já vimos, temos a tendência de reagir mal a todos os que ameaçam a realização de nossos mais caros desejos, mesmo que a ameaça venha de alguém muito próximo. Por esse motivo, a compaixão e o respeito mútuo são uma base muito mais sólida para nossos relacionamentos amorosos. Se nosso amor por alguém está grandemente baseado na atração, seja por causa da aparência da pessoa ou por alguma outra característica superficial, nossos sentimentos por ela tendem a desaparecer com o tempo. Quando a pessoa perde a qualidade que achamos atraente, ou quando verificamos que aquela qualidade não mais nos satisfaz, a situação pode mudar inteiramente, ainda que a pessoa continue sendo a mesma. É por isso que os relacionamentos baseados exclusivamente na atração são quase sempre instáveis. Por outro lado, quando começamos a aperfeiçoar nosso sentimento de compaixão, a aparência da pessoa ou o seu comportamento não afetam nosso sentimento interior.

Consideremos, também, que habitualmente nossos sentimentos pelos outros dependem muito da situação. A maioria das pessoas experimenta sentimentos de bondade ou de solidariedade quando vê diante de si alguém que sofre de alguma deficiência física ou mental ou está em situação desvantajosa. Mas quando encontra alguém em melhor situação financeira, ou que ocupa uma situação social melhor, os sentimentos de inveja ou competitividade são imediatamente despertados. Os sentimentos negativos não nos deixam enxergar que somos todos iguais: afortunados ou não, próximos ou distantes, todos queremos ser felizes e não sofrer.

A dificuldade então está em superar esses sentimentos de parcialidade. É certo que desenvolver compaixão genuína por aqueles que amamos é o ponto de partida mais óbvio e apropriado. O impacto de nossas ações sobre os outros e, portanto, nossas responsabilidades para com eles são maiores. Todavia, devemos reconhecer que, em última análise, não se justifica dar preferência a eles, porque ficamos na mesma posição de um médico diante de dez pacientes com a mesma doença grave. Todos merecem igualmente ser tratados. Porém, o leitor não deve supor que se defende aqui um estado de imparcialidade indiferente. O desafio seguinte, quando começamos a estender nossa compaixão a todos os outros, é manter por estes o mesmo grau de proximidade que sentimos pelos que estão mais ligados a nós. Ou seja, o que está sendo sugerido é uma abordagem equitativa, imparcial, um terreno uniforme onde possamos plantar a semente de *nying je chenmo*, do grande amor e compaixão.

(...) Vão descobrir que o coração enche de força quando se consegue ultrapassar os limites do interesse pessoal egoísta. A paz e a alegria tornam-se companheiras constantes. Rompem-se barreiras de todos os tipos e, no final, desaparece a noção do interesse próprio independente do interesse alheio. No que se refere à ética, contudo, o mais importante é que, onde o amor pelo próximo, a afeição, a bondade e a compaixão estão vivos, verificamos que a conduta ética é espontânea. A prática de ações eticamente íntegras é natural onde há compaixão.

Extraído e adaptado de: DALAI LAMA. Uma ética para o novo milênio. Rio de Janeiro, Sextante. 2000. p. 140- 147.

RESUMO

Neste tópico vimos:

- A expressão ética surge do grego *ethos*, enquanto a moral surge do latim *mores*. Em sua origem, significam um conjunto de costumes de uma determinada sociedade e que são considerados valores e obrigações a serem seguidos pelos seus membros.
- Uma ética que se baseia na obrigatoriedade da lei e na maneira tradicional de encarar a vida é inaceitável numa sociedade em que os interesses individuais são colocados acima de qualquer coisa.
- O teólogo Catão defende uma ética baseada em três princípios: liberdade, percepção e consciência.
- Os PCNs defendem uma ética baseada na afetividade e na racionalidade.
- O desenvolvimento moral da criança passa por duas etapas: a heteronomia - dos 4 aos 8 anos -, que se caracteriza por legitimadas as regras; e a autonomia - dos 8 anos em diante -, que substitui a etapa anterior e se caracteriza pelo medo de perder a estima dos outros.